



JORNAL OFICIAL

I SÉRIE – NÚMERO 6
SEGUNDA-FEIRA, 30 DE JANEIRO DE 2017

ÍNDICE:

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Resolução n.º 1/2017:

Delega no Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas, com faculdade de subdelegação, a competência para praticar todos os atos que, nos termos da lei e do procedimento adotado, sejam cometidos ao órgão competente para a decisão de contratar, ao dono de obra e ao contraente público, no âmbito da formação e da execução de diversos contratos de empreitada de obras públicas.

**Resolução n.º 2/2017:**

Delega no Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas a competência para praticar todos os demais atos que, no âmbito da execução do contrato de empreitada do “Palácio da Conceição – Casa da Autonomia” e nos termos da lei e do procedimento adotado, sejam cometidos ao dono de obra ou ao contraente público.

Resolução n.º 3/2017:

Nomeia o conselho de administração da SDEA, Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, EPER.

Resolução n.º 4/2017:

Reconhece projeto de investimento a desenvolver na ilha Terceira, como Projeto de Interesse Regional (PIR).

Resolução n.º 5/2017:

Cria uma estrutura de missão com o objetivo de gerir, administrar e coordenar todas as atividades científico-técnicas de índole aeroespacial que serão desenvolvidas na Região Autónoma dos Açores, designada por Estrutura de Missão dos Açores para o Espaço, abreviadamente designada por EMA-Espaço.

Resolução n.º 6/2017:

Nomeia o Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira E.P.E.R.

**JORNAL OFICIAL****VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO, EMPREGO E COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL****Portaria n.º 11/2017:**

Procede à terceira alteração à Portaria n.º 136/2015, de 21 de outubro, alterada pelas Portarias n.º 30/2016 e n.º 92/2016, de 23 de março e 31 de agosto, respetivamente.

SECRETARIA REGIONAL DO MAR, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**Portaria n.º 12/2017:**

Procede à alteração da Portaria n.º 119/2016, de 27 de dezembro, que estabelece o regime jurídico de fixação de capturas totais permitidas de goraz (*Pagellus bogaraveo*) e condições associadas, para 2017 e 2018, decorrentes da aplicação das regras enunciadas no Regulamento (UE) n.º 2016/2285 do Conselho, de 12 de dezembro de 2016.

**JORNAL OFICIAL****PRESIDÊNCIA DO GOVERNO****Resolução do Conselho do Governo n.º 1/2017 de 30 de Janeiro de 2017**

Pela Resolução do Conselho do Governo n.º 22/2015, de 9 de fevereiro, o Governo dos Açores autorizou a Secretaria Regional do Turismo e Transportes a proceder ao lançamento de diversos procedimentos para a formação de contratos de empreitadas de obras públicas, relativos a intervenções na rede viária das diferentes ilhas do arquipélago dos Açores.

Através da citada resolução foi, ainda, delegada, no então Secretário Regional do Turismo e Transportes, com poderes de subdelegação, a competência para a decisão de contratar, bem como para praticar todos os demais atos que, nos termos da lei e do procedimento adotado, sejam cometidos ao órgão competente para a decisão de contratar e ao contraente público, relativamente a procedimentos cujo preço base ultrapassava o limite da competência para autorização de despesas com empreitadas de obras públicas daquele membro do governo regional.

Considerando que a estimativa orçamental da empreitada de Intervenção nos Circuitos Logísticos Terrestres do Faial - reabilitação e beneficiação de um troço da Estrada Regional n.º 1 – 2.ª, entre a Ribeira do Cabo e o Largo Jaime de Melo, foi revista e que o preço base fixado no âmbito do respetivo concurso público ultrapassa o limite da competência própria do então Secretário Regional do Turismo e Transportes, prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Decreto Legislativo Regional n.º 1/2016/A, de 8 de janeiro, carecendo, por isso, de ratificação todos os atos por este praticados.

Considerando que, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 50.º do Código do Procedimento Administrativo, a delegação de competências se extingue pela mudança dos titulares dos órgãos delegante ou delegado, subdelegante ou subdelegado.

Considerando que a Administração deve adotar procedimentos que assegurem a celeridade, a economia e a eficiência das suas decisões.

Assim, nos termos do disposto nas alíneas d) e e) do n.º 1 do artigo 90.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, no artigo 44.º e seguintes e no artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo, nos n.ºs 1 e 3 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, aplicável à Região Autónoma dos Açores com as especificidades previstas no Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 20.º do Decreto Legislativo Regional n.º 1/2016/A, de 8 de janeiro, e na alínea a) do n.º 1 e no n.º 5 do artigo 15.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 2/2016/A, de 11 de fevereiro, o Conselho do Governo resolve:

1- Delegar no Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas, com faculdade de subdelegação, a competência para praticar todos os atos que, nos termos da lei e do

**JORNAL OFICIAL**

procedimento adotado, sejam cometidos ao órgão competente para a decisão de contratar, ao dono de obra e ao contraente público, no âmbito da formação e da execução dos seguintes contratos de empreitada de obras públicas:

- a) Construção do acesso ao porto de pescas de Vila Franca do Campo, do circuito logístico terrestre de São Miguel;
- b) Intervenção nos Circuitos Logísticos Terrestres de São Miguel – requalificação dos troços da ER 1 – 1.^a entre o Pilar e o João Bom e a ER 7 – 2.^a no Pico do Fogo;
- c) Consolidação dos taludes da Estrada Regional n.º 1 – 1.^a, troço Furnas/Ribeira Quente, do circuito logístico terrestre de São Miguel;
- d) Intervenção nos Circuitos Logísticos Terrestres do Faial - reabilitação e beneficiação de um troço da Estrada Regional n.º 1 – 2.^a, entre a Ribeira do Cabo e o Largo Jaime de Melo;
- e) Intervenção nos Circuitos Logísticos Terrestres de São Jorge – reabilitação e beneficiação de um troço da Estrada Regional n.º 1 – 2.^a, entre o Aeroporto e a Ribeira do Almeida;
- f) Reabilitação e beneficiação de um troço da Estrada Regional n.º 3 – 2.^a, 2.^a fase, do circuito logístico terrestre do Pico;
- g) Intervenção nos Circuitos Logísticos Terrestres das Flores – reabilitação e beneficiação de um troço da Estrada Regional n.º 1 – 2.^a, Ferros Velhos/Ponta Delgada.

2- Ratificar a decisão de contratar e todos os atos praticados pelo então Secretário Regional do Turismo e Transportes no âmbito da formação do contrato de empreitada de Intervenção nos Circuitos Logísticos Terrestres do Faial - reabilitação e beneficiação de um troço da Estrada Regional n.º 1 – 2.^a, entre a Ribeira do Cabo e o Largo Jaime de Melo.

3- A presente resolução produz efeitos na data da sua publicação, sem prejuízo da ratificação prevista no n.º 2 retroagir os seus efeitos à data em que foram praticados os atos ratificados.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, na Horta, em 18 de janeiro de 2017. - O Presidente do Governo Regional, *Vasco Ilídio Alves Cordeiro*.

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO**Resolução do Conselho do Governo n.º 2/2017 de 30 de Janeiro de 2017**

Pela Resolução do Conselho do Governo n.º 17/2016, de 15 de janeiro, o Governo dos Açores tomou a decisão de contratar a empreitada do “Palácio da Conceição – Casa da Autonomia”, com o preço base € 3.179.467,79 (três milhões cento e setenta e nove mil quatrocentos e sessenta e sete euros e setenta e nove cêntimos) e um prazo de execução de 365 dias.

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES**GABINETE DE EDIÇÃO DO JORNAL OFICIAL**Endereço electrónico: <http://jo.azores.gov.pt>Correio electrónico: gejo@azores.gov.pt

**JORNAL OFICIAL**

Através da citada resolução foi delegada no então Secretário Regional do Turismo e Transportes, a competência para aprovar as peças do procedimento, designar o respetivo júri, proceder à adjudicação, aprovar a minuta do contrato e outorgar o mesmo, em nome e representação da Região Autónoma dos Açores, bem como para praticar todos os demais atos que, nos termos da lei e do procedimento adotado, sejam cometidos ao órgão competente para a decisão de contratar e ao contraente público.

Considerando que, em 21 de abril de 2016, foi celebrado o contrato de empreitada do “Palácio da Conceição – Casa da Autonomia”.

Considerando que, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 50.º do Código do Procedimento Administrativo, a delegação de competências se extingue pela mudança dos titulares dos órgãos delegante ou delegado;

Considerando que a Administração deve adotar procedimentos que assegurem a celeridade, a economia e a eficiência das suas decisões.

Assim, nos termos do disposto nas alíneas d) e e) do n.º 1 do artigo 90.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, no artigo 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, nos n.ºs 1 e 3 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, aplicável à Região Autónoma dos Açores com as especificidades previstas no Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 20.º do Decreto Legislativo Regional n.º 1/2016/A, de 8 de janeiro, e na alínea a) do n.º 1 e no n.º 5 do artigo 15.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 2/2016/A, de 11 de fevereiro, o Conselho do Governo resolve:

1- Delegar no Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas a competência para praticar todos os demais atos que, no âmbito da execução do contrato de empreitada do “Palácio da Conceição – Casa da Autonomia” e nos termos da lei e do procedimento adotado, sejam cometidos ao dono de obra ou ao contraente público.

2- A presente resolução produz efeitos na data da sua publicação.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, na Horta, em 18 de janeiro de 2017. - O Presidente do Governo Regional, *Vasco Ilídio Alves Cordeiro*.

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO**Resolução do Conselho do Governo n.º 3/2017 de 30 de Janeiro de 2017**

Considerando que a SDEA, Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, EPER foi criada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 1/2013/A, de 19 de fevereiro;

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES**GABINETE DE EDIÇÃO DO JORNAL OFICIAL**Endereço electrónico: <http://jo.azores.gov.pt>Correio electrónico: gejo@azores.gov.pt

**JORNAL OFICIAL**

Considerando que a composição do conselho de administração da SDEA, Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, EPER encontra-se prevista no artigo 15.º daquele Decreto Legislativo Regional n.º 1/2013/A, de 19 de fevereiro;

Considerando que, nos termos do n.º 3 do artigo 12.º do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2008/A, de 19 de maio, na sua versão atual, a respetiva nomeação é feita mediante Resolução do Conselho do Governo Regional;

Assim, nos termos do n.º 3 do artigo 12.º do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2008/A, de 19 de maio, na sua versão atual, o Conselho do Governo resolve:

1- Nomear, para integrar o conselho de administração da SDEA, Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, EPER, as seguintes individualidades:

- a) Arnaldo Fernandes de Oliveira Machado, como Presidente;
- b) Marisa Alexandra de Freitas Toste, como Vogal;
- c) Luís Miguel Vieira Leal, como Vogal.

2- As notas curriculares, académicas e profissionais dos nomeados constam do Anexo à presente Resolução, da qual é parte integrante.

3- A presente resolução produz efeitos a 1 de janeiro de 2017.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, na Horta, em 18 de janeiro de 2017. - O Presidente do Governo Regional, *Vasco Ilídio Alves Cordeiro*.

ANEXO**NOTA CURRICULAR, ACADÉMICA E PROFISSIONAL****I. Dados Biográficos:**

Nome: Arnaldo Fernandes de Oliveira Machado

Data de nascimento: 4 de julho de 1959

Nacionalidade: Portuguesa

II. Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas pela Universidade dos Açores.
- Pós Graduação pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa.

III. Experiência Profissional:

Presidente do Conselho de Administração da SDEA – Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, EPER, desde março de 2013.

**JORNAL OFICIAL**

- Diretor Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade entre Dezembro de 2008 e Novembro de 2012.

- Diretor Regional de Apoio à Coesão Económica entre dezembro de 2004 e novembro de 2008.

- Diretor do Gabinete do Planeamento e Gestão de Incentivos de novembro de 1996 a novembro de 2004.

- Diretor Regional do Comércio, Indústria e Energia de abril de 1993 a outubro de 1996.

- Diretor Regional do Comércio de fevereiro de 1991 a março de 1993.

- Contador-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de contas de janeiro de 1989 a janeiro de 1991.

IV. Outras Informações:

- Docente do Departamento de Economia e Gestão da Universidade dos Açores entre outubro de 1984 e março de 2009, tendo lecionado as cadeiras de Econometria e Política Económica.

- Assistente convidado da Universidade da Madeira em 1999 e 2000, onde lecionou a cadeira de Política Económica e Monetária.

- Administrador não executivo da APIA – Agência para a Promoção do Investimento dos Açores, EPE, até setembro de 2009.

- Presidente da Assembleia Geral da Sociedade Ilhas de Valor, S.A., até fevereiro de 2009.

- Presidente do CRI – Conselho Regional de Incentivos.

- Membro do CROP – Conselho Regional de Obras Públicas

- Representante da Região Autónoma dos Açores na Comissão de Acompanhamento do COMPETE - Programa Operacional de Fatores de Competitividade.

- Presidente da Assembleia Geral da associação Nonagon – Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel desde 7 de agosto de 2013.

NOTA CURRICULAR, ACADÉMICA E PROFISSIONAL**I. Dados Biográficos:**

Nome: Marisa Alexandra de Freitas Toste

Data de nascimento: 7 de novembro de 1971

Nacionalidade: Portuguesa

II. Habilitações Académicas:

- Mestrado em Ecologia Insular e Evolução pela Universidade dos Açores.

**JORNAL OFICIAL**

- Licenciatura em Biologia e Geologia (ensino de) pela Universidade dos Açores.

III. Experiência Profissional:

- Vogal do Conselho de Administração da SDEA – Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, EPER, desde março de 2013.

- Diretora Adjunta na formação e qualificação profissional, na área pedagógica, da Direção Executiva da Escola Profissional de Capelas de 2010 a 2013.

- Eleita membro da Ordem dos Biólogos, fazendo parte da organização do I Congresso de Biólogos dos Açores.

- Assessora Pedagógica, da Direção Executiva da Escola Secundária das Laranjeiras, durante três anos. (2007 até 2009).

- Membro da Direção da Academia das Artes dos Açores durante 3 anos (2003 – 2006).

- Iniciou a sua carreira como monitora de Botânica I e Botânica II na Universidade dos Açores e em 1996 tornou-se professora do quadro de nomeação definitiva do ensino secundário.

- Foi a melhor aluna finalista do ano letivo 1994/95, tendo obtido o Prémio Escolar Engenheiro Augusto Cavaco.

IV. Outras Informações:

- Publicou artigos científicos em revistas de especialidade na área de ecologia e ficologia.

- Artigos em revistas de circulação internacional com arbitragem científica:

. TOSTE, M. F., PARENTE, M. I., NETO, A. I & FLETCHER, R. L., 2002 Life history and phenology of *Hydroclathrus clathratus* (Scytosiphonaceae, Phaeophyta) from the Azores. *Cryptogamie Algologie*, 24(3): 209-218.

. TOSTE, M. F., PARENTE, M. I., NETO, A. I & FLETCHER, R. L., 2002 Life history of *Colpomenia sinuosa* (Scytosiphonaceae, Phaeophyta) from the Azores. *Journal of Phycology*, 39: 1268-1274.

NOTA CURRICULAR, ACADÉMICA E PROFISSIONAL**I. Dados Biográficos:**

Nome: Luís Miguel Vieira Leal

Data de nascimento: 19 de julho de 1986

Nacionalidade: Portuguesa

II. Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Direito pela Universidade Noval de Lisboa.

**JORNAL OFICIAL****III. Experiência Profissional:**

- Dezembro de 2015 a novembro de 2016 – Técnico Especialista do Gabinete do Secretário de Estado da Indústria do XXI Governo da República Portuguesa.

- 2014 a dezembro de 2015 – Técnico Superior da Direção Regional da Educação (Região Autónoma dos Açores).

Maio de 2011 a 2014 – Estágio para a Ordem dos Advogados Portugueses (1.^a Fase no Conselho Distrital de Coimbra, 2.^a fase no Conselho Distrital dos Açores).

IV. Outras Informações:

- Gestor de projetos no âmbito da Estratégia Nacional para o Empreendedorismo – StartUp Portugal.

- Gestor de projetos no âmbito da política designada por Indústria 4.0.

- Gestor de projetos no âmbito do Web Summit 2016.

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO**Resolução do Conselho do Governo n.º 4/2017 de 30 de Janeiro de 2017**

Considerando que a empresa Cabral & Rosa, Lda., requereu o reconhecimento como Projeto de Interesse Regional (PIR) do projeto de investimento, a desenvolver no concelho de Angra do Heroísmo, ilha Terceira, que visa a requalificação e ampliação da antiga “Albergaria Cruzeiro”, encerrada em 1999 após diversos anos de utilização no setor da hotelaria, tornando-a num hotel temático de 4 estrelas, localizado no centro da cidade e concelho de Angra do Heroísmo, a qual se encontra classificada pela UNESCO como Património da Humanidade;

Considerando que o projeto em apreço integra as prioridades de desenvolvimento definidas nos planos de orientação estratégica regionais, nomeadamente a orientação regional para o sector do turismo que define como um dos seus vetores estratégicos a qualificação do destino Açores;

Considerando que o projeto apresenta impacto positivo ao nível da produção de bens e serviços transacionáveis, assim como ao nível do efeito de arrastamento em atividades a montante ou a jusante, principalmente nas pequenas e médias empresas através do estímulo à abertura a novos canais de distribuição;

Considerando que se encontra prevista a criação de dez novos postos de trabalho que reúnem as competências técnicas e humanas necessárias ao desenvolvimento da atividade proposta;

**JORNAL OFICIAL**

Considerando o impacto positivo no balanço económico externo;

Considerando que foi apresentado e apreciado o respetivo pedido de reconhecimento de PIR em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2011/A, de 15 de fevereiro, na sua redação atual;

Assim, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 90.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2011/A, de 15 de fevereiro, alterado pelos Decretos Regulamentares Regionais n.ºs 23/2014/A, de 15 de dezembro, e 5/2015/A, de 2 de março, o Conselho do Governo resolve:

1- Reconhecer o projeto de investimento Hotel do Cruzeiro, a desenvolver na ilha Terceira, promovido pela empresa Cabral & Rosa, Lda., como Projeto de Interesse Regional (PIR).

2- Determinar que o presente reconhecimento seja válido até 31 de janeiro de 2020.

3- Determinar que, caso se verifiquem alterações nos pressupostos iniciais do projeto apresentado, ou incumprimento por motivos imputáveis ao promotor, haverá lugar à revogação imediata do presente reconhecimento.

4- A presente resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, na Horta, em 18 de janeiro de 2017. - O Presidente do Governo Regional, *Vasco Ilídio Alves Cordeiro*.

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO**Resolução do Conselho do Governo n.º 5/2017 de 30 de Janeiro de 2017**

No âmbito das já reconhecidas potencialidades que a Região Autónoma dos Açores apresenta para o desenvolvimento de atividades de índole aeroespacial, bem como da estratégia que o Governo dos Açores há muito tem vindo a implementar com o objetivo de dotar a Região de infraestruturas que possam suportar este tipo de atividades, tem-se verificado um crescente interesse por parte de diversas entidades, nalguns casos em parceria com o Governo da República, em colaborar com a Região.

Neste contexto, destacam-se infraestruturas e projetos que dotam os Açores de vantagens competitivas para o desenvolvimento do sector aeroespacial, nomeadamente:

a) A Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas e Espaciais (RAEGE), que visa o estabelecimento de quatro estações geodésicas fundamentais (EGF) destinadas à realização de estudos de astronomia, geodesia e geofísica, duas das quais localizadas nos Açores (Ilhas de Santa Maria e Flores);

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES**GABINETE DE EDIÇÃO DO JORNAL OFICIAL**Endereço electrónico: <http://jo.azores.gov.pt>Correio electrónico: gejo@azores.gov.pt

**JORNAL OFICIAL**

b) O projeto *Square Kilometer Array* (SKA) que ajudará a promover a participação de Portugal no Fórum Estratégico para as Infraestruturas de Investigação da Europa no âmbito de projetos relacionados com grandes quantidades de dados (*Big Data*) e energeticamente sustentáveis (*Green Power*), tendo como catalisador de inovação a radioastronomia experimental;

c) O observatório de investigação climática na Ilha Graciosa (estação ARM), onde estão instalados equipamentos de estudo e pesquisa com vista à obtenção de novos modelos com base na mais recente tecnologia ao serviço das ciências atmosféricas e do clima;

d) A estação de monitorização e deteção de infrassons (IS42) na Ilha Graciosa, constituída por 8 sensores e uma estação de processamento de dados, integrada na rede da comissão preparatória da organização do tratado de proibição total de ensaios nucleares (CTBTO);

e) A estação de rastreio de lançadores de satélites da Agência Espacial Europeia (ESA), localizada na Ilha de Santa Maria e operada pela EDISOFT;

f) A estação *Galileo Sensor Station Galileu*, localizada na Ilha de Santa Maria e operada pela EDISOFT, um dos elementos do segmento terrestre do sistema global europeu de navegação por satélite.

Acresce ainda a este investimento feito pelo Governo dos Açores, o potencial que o sector aeroespacial representa para áreas fundamentais como a meteorologia e as alterações climáticas, o oceano e as energias renováveis, quer na sua vertente de investigação científica, quer na transferência de conhecimento para o setor empresarial.

Assim, considerando:

a) Os desenvolvimentos recentes no que diz respeito ao possível estabelecimento na Região de um porto espacial para o lançamento de microssatélites, bem como de um centro de investigação internacional nas áreas das ciências da Atmosfera e Alterações Climáticas, Energia, Espaço e Oceano (AIR Center);

b) O envolvimento da Região Autónoma dos Açores com o Governo da República no âmbito do programa de apoio à localização e à vigilância no espaço (*Space Surveillance and Tracking – SST*);

c) O envolvimento da Região Autónoma dos Açores em redes europeias, com especial destaque para a NEREUS e a *Copernicus Relays*, com o objetivo de captar para os Açores projetos de desenvolvimento tecnológico na área do Espaço e aplicações, como é o caso do projeto MARINE-EO a começar já em 2017;

d) A dimensão dos recursos necessários para assegurar a gestão científica e técnica dos projetos em curso e previstos num futuro próximo;

e) O contexto em que a Região Autónoma dos Açores, ao longo dos últimos anos, tem vindo a realizar importantes investimentos que permitiu posicionar-se na rota do desenvolvimento

**JORNAL OFICIAL**

espacial e assegurar um papel de relevo nesta área, que centra a sua atividade nos avanços e benefícios das tecnologias espaciais;

f) O facto destes projetos contribuírem de forma inestimável para o aumento da cooperação técnica e científica, quer entre entidades regionais, quer entre estas e entidades internacionais, consequentemente dinamizando e promovendo a investigação científica e o desenvolvimento tecnológico nas áreas da radioastronomia, geodesia e geofísica, georreferenciação, navegação espacial e deteção remota, com aplicações em várias áreas do conhecimento, nomeadamente com potencial de transferência tecnológica para o tecido empresarial e de criação de emprego.

Assim, ao abrigo do disposto nas alíneas a) e d) do artigo 90.º do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores e do artigo 30.º do Decreto Legislativo Regional n.º 1/2005/A, de 9 de maio, o Conselho do Governo resolve:

1- Criar uma estrutura de missão com o objetivo de gerir, administrar e coordenar todas as atividades científico-técnicas de índole aeroespacial que serão desenvolvidas na Região Autónoma dos Açores, designada por Estrutura de Missão dos Açores para o Espaço, abreviadamente designada por EMA-Espaço.

2- A EMA-Espaço funciona na dependência do Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia.

3- A EMA-Espaço fica especialmente incumbida de:

a) Potenciar o desenvolvimento de investigação científica que conduza à aquisição de novos conhecimentos, produtos, processos e serviços nos domínios da sua área de intervenção;

b) Promover, participar e coordenar atividades de investigação e desenvolvimento (I&D), projetos e programas científicos e tecnológicos nos seus domínios de atuação;

c) Reforçar a colaboração, articulação e promoção entre setores relevantes da economia e da investigação Açoriana e instituições externas com o objetivo de garantir e acolher na Região projetos de natureza científica internacional de forma a selecionar fontes de financiamento tendo em vista a atividade científica e técnica relacionada com a temática do Espaço na Região Autónoma dos Açores.

4- A EMA-Espaço é dirigida por um coordenador, coadjuvado por dois vogais.

5- O coordenador e os vogais são nomeados por despacho do Presidente do Governo, por proposta do Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, de entre trabalhadores com reconhecida competência técnica, aptidão e formação adequadas ao exercício da missão, com ou sem vínculo de emprego público, mediante acordo de cedência de interesse público nos casos em que o mesmo deva ter lugar, em regime de comissão de serviço, que terá a duração do mandato da estrutura de missão.

6- A nomeação pode cessar a qualquer momento, sem obrigação de indemnizar, por despacho do Presidente do Governo.

**JORNAL OFICIAL**

7- O coordenador, pelo exercício das suas funções, é remunerado por equiparação ao cargo de direção intermédia de 2.º grau da função pública, com direito às respetivas despesas de representação, e os vogais da EMA-Espaço pelo exercício das suas funções, são remunerados pela 6.ª posição remuneratória, nível remuneratório 31, da carreira de técnico superior, da tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas.

8- No caso de serem nomeados para coordenador ou vogal da EMA-Espaço titulares de cargos de direção superior ou indivíduos nomeados ao abrigo do n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 18/99/A, de 21 de dezembro, a nomeação ocorrerá sem prejuízo, no que concerne aos primeiros, do disposto na Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.º 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 64-A/2011, de 22 de dezembro, e 128/2015, de 3 de setembro, e, no que concerne aos segundos, ao disposto no Decreto-Lei n.º 196/93, de 27 de maio, aplicável por força do n.º 5 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, sem direito a qualquer remuneração suplementar.

9- No âmbito da estrutura de missão podem ser recrutados, através do mecanismo de mobilidade pessoal, trabalhadores pertencentes aos quadros dos serviços e organismos da administração pública central, regional e local, e, excecionalmente, em casos devidamente fundamentados, que aconselhem a celebração dos mesmos, podem ser celebrados contratos individuais de trabalho a termo certo, os quais cessam automaticamente no termo do prazo do mandato da estrutura de missão, até ao máximo de 8 (oito), observados os respetivos trâmites legais e procedimentais.

10- O mandato da EMA-Espaço termina em 31 de dezembro de 2020.

11- A Direção Regional da Ciência e Tecnologia fornecerá o apoio logístico à EMA-Espaço.

12- Os encargos com remunerações e ajudas de custo do coordenador e dos vogais da EMA-Espaço, com trabalhadores a contratualizar nos termos do disposto no n.º 9, bem como encargos com o transporte e alojamento decorrentes das deslocações estritamente necessárias à prossecução da missão são asseguradas pelo orçamento da Direção Regional da Ciência e Tecnologia.

13- A presente resolução entra em vigor no dia seguinte ao da publicação.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, na Horta, em 18 de janeiro de 2017. - O Presidente do Governo Regional, *Vasco Ilídio Alves Cordeiro*.

**JORNAL OFICIAL****PRESIDÊNCIA DO GOVERNO****Resolução do Conselho do Governo n.º 6/2017 de 30 de Janeiro de 2017**

A composição do Conselho de Administração dos hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores encontra-se prevista no artigo 6.º dos Estatutos, apêndice II, anexo I, do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2007/A, de 24 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 22/2015/A, de 18 de setembro;

Considerando que a respetiva nomeação é feita nos termos previstos no Estatuto do Gestor Público Regional, importa, pois, proceder à designação dos membros que ora passam a integrar o Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, E.P.E.R.

Assim, nos termos do artigo 6.º dos Estatutos, apêndice II, anexo I, do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2007/A, de 24 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 22/2015/A, de 18 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 3 do artigo 12.º, do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2008/A, de 19 de maio, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/A, de 14 de outubro, e pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/2014/A, de 30 de outubro, o Conselho do Governo resolve:

1- Nomear, para integrar o Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira E.P.E.R., as seguintes individualidades:

- a) Olga Maria Martins de Freitas, como Presidente;
- b) Maria Ornelas Bruges Armas, como Diretora Clínica;
- c) Casimiro Jorge Santos Ribeiro, como Enfermeiro-diretor;
- d) Marco André Forjaz Rendeiro, como Vogal.

2- As notas curriculares, académicas e profissionais dos nomeados constam do Anexo à presente resolução, da qual é parte integrante.

3- A presente resolução produz efeitos a 1 de janeiro de 2017.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, na Horta, em 18 de janeiro de 2017. - O Presidente do Governo Regional, *Vasco Ilídio Alves Cordeiro*.

Notas curriculares académicas e profissionais

I

I. Dados Biográficos:

Nome: Olga Maria Martins de Freitas.

Naturalidade: Altares, Angra do Heroísmo.

**JORNAL OFICIAL**

Data de nascimento: 30 de novembro de 1955.

II. Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, em 1981.
- Inscrita na Ordem dos Médicos, Secção Regional do Sul e Ilhas, com a Cédula Profissional n.º 24694.

III. Experiência Profissional:

- De 1 de janeiro de 1982 a outubro de 1985, médica Policlínica no antigo Hospital de Angra do Heroísmo, exercício de funções como docente na Escola de Enfermagem de Angra do Heroísmo e professora convidada da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, tendo lecionando as disciplinas de “Noções Gerais de Patologia” e de “Bioquímica” ao 1.º Curso de Técnicos Auxiliares de Diagnóstico e Terapêutica da Região Autónoma dos Açores.
- Em outubro de 1985, após Concurso Público nacional, de acesso à especialidade, ingressa no Internato Complementar de Pneumologia, no Hospital de Pulido Valente, sem qualquer vínculo à Região Autónoma dos Açores.
- Em janeiro de 1991 termina a especialidade de Pneumologia e passa a integrar o Colégio da Especialidade de Pneumologia da Ordem dos Médicos.
- Em abril de 1991, concorre para a Região Autónoma dos Açores, para o então Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo, onde inicia funções como Assistente Hospitalar de Pneumologia, inicialmente por Contrato Administrativo de Provimento e posteriormente, com a abertura da vaga de Pneumologia, realiza Concurso Público de Provimento para Assistente Hospitalar.
- Nos primeiros anos de atividade no Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo organiza a Unidade Funcional de Pneumologia da Instituição, com todas as valências que atualmente integram o Serviço de Pneumologia do novo Hospital da Terceira (Internamento, Consulta Externa, Unidade de Técnicas Endoscópicas, Laboratório de Função Respiratória, Laboratório de Estudos do Sono, Hospital de Dia e Reabilitação Respiratória). Durante este período faz parte da “Comissão de Controlo de Infecção Hospitalar e Antibioterapia” do Hospital de Santos Espírito de Angra do Heroísmo e exerce funções como Chefe de Equipa no Serviço de Urgência Geral.
- Em 1997 realiza em Lisboa Concurso Público a nível nacional para obtenção do grau de Consultora de Pneumologia, sendo aprovada por unanimidade.
- Em julho de 2002, realiza Concurso Público para Chefe de Serviço de Pneumologia, publicado em Jornal Oficial n.º 40 de 01 de outubro de 2002. No mesmo ano e após a passagem das Unidades Funcionais a Serviços, por deliberação do então Secretário Regional da Saúde e Segurança Social, foi nomeada Diretora do Serviço de Pneumologia do Hospital de Santos Espírito Angra do Heroísmo.

**JORNAL OFICIAL**

- De 5 julho de 2005 a 28 de janeiro de 2013 exerce o cargo de Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo da Ilha Terceira, por nomeação conjunta do Secretário Regional dos Assuntos Sociais e do Vice-Presidente do Governo da Região Autónoma dos Açores.

- Entre 2009 e 2012 exerceu o cargo de Coordenadora Regional do Plano de Saúde da Região Autónoma dos Açores, para a área respiratória.

- Desde 2004 que integra a Comissão Organizadora local das Jornadas de Pneumologia em Medicina Familiar dos Açores e Continente, a convite do Professor Dr. Raul Amaral Marques.

- De maio de 2011 a março de 2013 integrou o Programa Nacional de Luta Contra a Tuberculose na qualidade de coordenadora para a Região Autónoma dos Açores.

- Desde 1 de abril de 2016 que exerce funções de Diretora Clínica do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira nomeada pela Resolução do Conselho do Governo n.º 77/2016, de 6 de abril de 2016.

IV. Outras Informações:

- Em 2007, a passagem do Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo a Empresa Pública Empresarial, exige a aquisição de conhecimentos em novas áreas, razão pela qual realizou em 2007 e 2008 um MBA em Gestão de Organizações de Saúde (3.º Ciclo), no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresas, Instituto Universitário de Lisboa, em horário pós-laboral, dividido por 6 unidades Curriculares: Liderança e Gestão de Organizações de Saúde, Corporate Governance, Marketing e Comunicação Estratégica, Finanças nas Organizações de Saúde, Economia e Políticas de Saúde e Planeamento e Gestão de Projetos para Organizações de Saúde.

- Em junho de 2010, no âmbito da reestruturação da Biblioteca do Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo, EPE, realizou os seguintes cursos, integrados na 12th EAHIL (European Conference of Medical and Health Libraries), na Fundação Calouste Gulbenkian em Lisboa: "Access to fulltext articles/Acesso aos textos integrais dos artigos" e "Writing for Scientific/Academic publications".

- Entre 2006 e 2007, participou, em conjunto com os restantes elementos do Conselho de Administração, com a Secretaria Regional da Saúde e a Vice-Presidência do Governo Regional dos Açores na elaboração do Perfil Assistencial do Novo Hospital da Ilha Terceira, em parceria com o BES – Saúde.

- No 1.º trimestre de 2012, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo, EPER, coordenou, com os restantes membros do Conselho de Administração, o grupo de profissionais, nomeados para a realização da transferência do "Velho" para o "Novo" Hospital da Ilha Terceira.

**JORNAL OFICIAL**

- A 26 de março de 2012, participa na qualidade de Presidente do Conselho de Administração na Sessão Solene de inauguração do novo Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER.

- Ao longo de 34 anos de serviço realizou 35 cursos de pós-graduação, sobretudo nas áreas de Medicina Respiratória / Emergência e Gestão. Participou, ainda como Interna da Especialidade, em vários Ensaios Clínicos, e mais recentemente o Serviço do qual é Diretora participou em três ensaios Clínicos Internacionais e num trabalho multicêntrico para aferição do St.George's Respiratory Questionnaire (SGRQ), para a população portuguesa.

- Publicou, como autora e co-autora, 12 trabalhos científicos em revistas médicas, apresentou e moderou múltiplas comunicações orais em Reuniões e Congressos nacionais e internacionais.

- É membro de várias Sociedades Médicas, das quais se destacam: a Sociedade Portuguesa de Cuidados Intensivos, a Associação Portuguesa do Sono, a European Respiratory Society (ERS) e a Sociedade Portuguesa de Pneumologia (SPP), da qual, desde 8 janeiro, faz parte do Conselho Consultivo, após a tomada de posse do Presidente Prof. Doutor Venceslau Hespagnol.

-- De junho de 2012 a março de 2016 fez parte da Comissão Científica do Programa Nacional de Doenças Respiratórias da Direção Geral de Saúde, coordenado pela Professora Doutora Cristina Bárbara. Na qualidade de membro daquela Comissão Científica esteve presente no Ministério da Saúde, no dia 8 de março, na apresentação do Relatório "Portugal – Doenças Respiratórias em Números 2015", realizada pela Coordenadora Nacional do Programa, numa sessão que mereceu a presença do Senhor Ministro da Saúde, Professor Adalberto Fernandes e onde também foram analisados os números dos Açores.

- Desde que terminou o seu mandato de Presidente do Conselho de Administração, a 28 de janeiro de 2013, continuou como Diretora do Serviço de Pneumologia do Hospital de Santos Espírito da Ilha Terceira, EPER, e para além das atividades de gestão inerentes ao cargo de direção, continuou a exercer atividade assistencial em todos os Sectores da Pneumologia, com destaque para os sectores da Reabilitação Respiratória, Hospital de Dia, Internamento, Consulta Externa e Urgência.

II**I. Dados Biográficos:**

Nome: Maria Ornelas Bruges Armas.

Naturalidade: Nossa Senhora da Conceição, Angra do Heroísmo.

Data de nascimento: 22 de maio de 1954.

II. Habilitações Académicas:

**JORNAL OFICIAL**

- Licenciada em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade de Ciências Médicas de Lisboa, em 28 de fevereiro de 1978.

III. Experiência Profissional:

- Realizou o Internato de Policlínica no Hospital Distrital de Angra do Heroísmo, de 1 de março de 1978 a 31 de dezembro de 1979.

- Por despacho do Secretário de Estado da Saúde, de 29 de janeiro de 1980, nomeada médica do serviço médico da periferia.

- Nomeada Médica Interna de Ginecologia e Obstetrícia do Internato Complementar, em 1982.

- A 1 de fevereiro de 1989, concluiu o Internato Complementar de Ginecologia.

- Por despacho do Presidente do Conselho de Gerência do Hospital de Angra do Heroísmo, de 4 de outubro de 1989, é nomeada Assistente Hospitalar de Ginecologia e Obstetrícia, do quadro de pessoal do Hospital de Angra do Heroísmo.

- Em 1995, foi aprovada no concurso de habilitação ao Grau de Consultor de Ginecologia e Obstetrícia, da carreira médica hospitalar.

- Por deliberação do Conselho de Administração, de 24 de fevereiro de 1999, provida, por promoção, na categoria de Chefe de Serviço de Ginecologia/Obstetrícia, da carreira médica hospitalar.

- Em 4 de agosto de 2009, transita para a categoria de Assistente de Graduada Sênior.

III**I. Dados Biográficos:**

Nome: Casimiro Jorge Santos Ribeiro.

Naturalidade: Angra do Heroísmo.

Data de nascimento: 5 de fevereiro de 1977.

II. Habilitações Académicas:

- Bacharelato em Enfermagem, Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo, 1998.

- Licenciatura em Enfermagem, Universidade dos Açores, 2007.

- Licenciatura em Gestão – Minor em Gestão Empresarial, Universidade Aberta, 2014.

III. Experiência Profissional:

**JORNAL OFICIAL**

- De setembro de 1998 a maio de 2005 - Enfermeiro nível um – Serviço de Bloco Operatório, Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo.

- De maio de 2005 até março de 2016 – Enfermeiro Graduado – Unidade de Cuidados Intensivos Polivalente do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira.

- Desde 2008 – Transporte do Doente Crítico do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira para unidades de referência no Continente.

- De março de 2011 a 2013 – Membro da task force que planeou e executou a transferência do hospital.

- Desde 2012 - Integra a Equipa de enfermagem da Unidade de Evacuações Aéreas.

- De abril de 2016 até a atualidade – Exerce funções como Vogal do Conselho de Administração na qualidade de Enfermeiro Diretor.

IV. Outras Informações:

- Membro da Comissão organizadora das I Jornadas de Enfermagem do Hospital de Angra do Heroísmo – “Uma Enfermagem para o Século XXI” – março de 2000.

- Membro da Comissão organizadora das II Jornadas de Enfermagem do Hospital de Angra do Heroísmo – “Cuidar e Gerir com qualidade” – abril de 2002.

- Membro da Comissão organizadora das III Jornadas de Enfermagem do Hospital de Angra do Heroísmo – “Práticas e Investigação” – maio de 2004.

- Membro da Comissão organizadora das V Jornadas de Enfermagem do Hospital de Angra do Heroísmo – “Enfermagem na Sociedade Actual” – maio de 2008.

- Membro da Comissão organizadora das VI Jornadas de Enfermagem do Hospital de Angra do Heroísmo – “Agir em Enfermagem. Ética e responsabilidade profissional” – maio de 2010.

IV**I. Dados Biográficos:**

Nome: Marco André Forjaz Rendeiro.

Naturalidade: Angra do Heroísmo.

Data de nascimento: 19 de abril de 1972.

II. Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Economia, pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa (1994).

**JORNAL OFICIAL**

- Habilitação com o Seminário de Alta Direção em Administração Pública, promovido pelo Centro de Formação da Administração Pública dos Açores, em colaboração com o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa (2006).

- Mestrado em Gestão de Empresas (MBA), pelo Departamento de Economia e Gestão da Universidade dos Açores, em colaboração com o Instituto de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (2007); Tese defendida: "Eficiência Técnica dos Hospitais Portugueses 1997-2004: Uma Análise (Regional) com base num Modelo de Fronteira Estocástica".

- Habilitação como Formador (Certificado n.º EDF 3475/2003 DRJEFEP).

III. Experiência Profissional:

- De 22 de maio de 1995 a 9 de julho de 1996 – Técnico superior estagiário na Direção Regional da Saúde.

- Nomeado técnico superior de 2.ª classe, em 10 de julho de 1996.

- Nomeado técnico superior de 1.ª classe, em 17 de setembro de 1998.

- De 27 de outubro de 1997 a 22 de julho de 2002 – Coordenador da Comissão de Normalização de Procedimentos Administrativos, do Serviço Regional de Saúde.

- De 18 de novembro de 1997 a 6 de maio de 1998 – Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Aprovisionamento, da Direção Regional da Saúde, em regime de substituição, tendo-se mantido em gestão após este período e até ao início da atividade do IGFS, a 13 de janeiro de 1999.

- De 13 de janeiro de 1999 a 12 de julho de 2003 – Vogal do Conselho de Administração do Instituto de Gestão Financeira da Saúde dos Açores (IGFS), para a área dos recursos financeiros.

- De 27 de maio de 2000 a 31 de janeiro de 2001 – Representante do Serviço Regional de Saúde dos Açores, no Grupo de Trabalho de Adaptação ao Euro, do Ministério da Saúde.

- De 1 de agosto de 2001 a 22 de julho de 2002 – Membro da Comissão de Acompanhamento na Região Autónoma dos Açores, do Programa de Controlo da Diabetes Mellitus.

- Nomeado técnico superior principal, em 27 de fevereiro de 2002.

- De 13 de julho de 2003 a 1 de agosto de 2004 – Técnico superior principal do quadro do extinto Instituto de Gestão Financeira da Saúde, afeto à Saudaçor, S.A..

- De 2 de agosto de 2004 a 23 de maio de 2005 – Técnico superior principal do quadro de pessoal do Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo, exercendo funções de assessor do Conselho de Administração.

**JORNAL OFICIAL**

- De 13 de agosto de 2008 a 30 de dezembro de 2009 – Membro da Comissão Instaladora do Instituto de Biotecnologia e Biomedicina dos Açores (IBBA).

- Membro do Conselho Fiscal do Instituto de Biotecnologia e Biomedicina dos Açores (IBBA), nomeado a 31 de dezembro de 2009.

- De 24 de maio de 2005 a 14 de maio de 2015 – Diretor dos Serviços Financeiros do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira.

- De 15 de maio de 2015 a 31 de março de 2016 – Técnico Superior Assessor, no Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira.

- Desde 1 de abril de 2016 – Vogal do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira.

IV. Outras Informações:

- De 7 de janeiro de 2005 a 2 de janeiro de 2011 – Vogal do Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia e da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo.

- Menezes, António; Rendeiro, Marco e Vieira, José. “Eficiência Técnica dos Hospitais Portugueses 1997-2004: Uma Análise (Regional) com base num Modelo de Fronteira Estocástica”, Revista Portuguesa de Estudos Regionais, n.º 12, 2.º quadrimestre de 2006 (Revista com Árbitro). CEEApIA Working Paper 08/2006 – Centro de Estudos de Economia Aplicada do Atlântico (Universidade dos Açores e Universidade da Madeira). Apresentação do trabalho no 12.º Congresso Anual da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (APDR), Viseu, Setembro de 2006 e em Seminário CEEApIA.

- Desde o ano letivo 2007/2008 até ao ano letivo 2010/2011 – lecionação de forma ininterrupta como assistente convidado, do Seminário de Economia da Saúde, integrado na unidade curricular de Gestão e Liderança dos Serviços de Saúde, do Curso de Licenciatura em Enfermagem, da Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo.

- De 3 de janeiro de 2011 a 8 de janeiro de 2014 – Presidente do Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia e da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo.

- Contabilista Certificado, membro efetivo da Ordem dos Contabilistas Certificados, com o n.º 10825.

**JORNAL OFICIAL****VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO, EMPREGO E COMPETITIVIDADE
EMPRESARIAL****Portaria n.º 11/2017 de 30 de Janeiro de 2017**

No âmbito do regime jurídico específico do Fundo Social Europeu para o período de programação 2014 - 2020, a Portaria n.º 136/2015, de 21 de outubro, veio estabelecer o regulamento específico do Eixo 10 – Ensino e Aprendizagem ao Longo da Vida.

Na vigência desta Portaria foi identificada a necessidade de se proceder ajustamentos na redação de alguns artigos, bem como ao Anexo I – Tabela Normalizada de Custos Unitários.

Os ajustamentos acima referidos prendem-se com o alargamento da duração das operações, clarificação e correção de texto, bem como a inclusão de um curso no Anexo I.

Assim, nos termos das alíneas a) e l) do n.º 1 do artigo 90.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, conjugado com a alínea c) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 16 de outubro, manda o Governo Regional, pelo Vice-Presidente do Governo, o seguinte:

Artigo 1.º**Objeto**

A presente portaria procede à terceira alteração à Portaria n.º 136/2015, de 21 de outubro, alterada pelas Portarias n.º 30/2016 e n.º 92/2016, de 23 de março e 31 de agosto, respetivamente.

Artigo 2.º**Alteração à Portaria n.º 136/2015, de 21 de outubro, alterada pelas Portarias n.º 30/2016 e n.º 92/2016, de 23 de março e 31 de agosto, respetivamente**

Os artigos 7.º, 11.º, 33.º, 38.º e o anexo I do regulamento anexo à Portaria n.º 136/2015, de 21 de outubro, alterada pelas Portarias n.º 30/2016 e n.º 92/2016, de 23 de março e 31 de agosto, respetivamente, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 7.º**Apresentação das candidaturas**

- 1 [...].
- 2 [...].
- 3 As candidaturas apresentadas pelas entidades beneficiárias podem ter uma duração anual ou plurianual, não podendo ultrapassar, neste último caso, os 48 meses.



4 [...].

5 [...].

Artigo 11.º

Modalidades e procedimentos para apresentação, análise e decisão dos pedidos de pagamento

1 [...].

2 [...].

a) [...];

b) [...];

c) [...].

3 Os pedidos de reembolso devem ser efetuados com uma periodicidade mensal ou superior, devendo o beneficiário submeter eletronicamente, no Portal Portugal 2020, os dados físicos e financeiros requeridos pelo sistema de informação, sendo processados os respetivos pagamentos desde que a soma do adiantamento e dos reembolsos pagos não exceda 85% do montante total aprovado.

4 [...].

5 [...].

«Artigo 33.º

Indicadores de resultado

1 Os avisos para apresentação de candidatura devem definir os indicadores de resultado a contratualizar com os beneficiários, considerando as tipologias de operação e ações em causa.

2 [...].

a. [...];

b. [...].

3 [...].

4 [...].



Artigo 38.º

Forma, montantes e limites dos apoios

1 [...].

2 [...].

a) [...];

b) As turmas por curso não são candidatáveis com menos de 20 formandos matriculados, com a exceção prevista na alínea anterior, podendo-se admitir o funcionamento de turmas comuns de cursos diferentes, sempre que existam disciplinas comuns com a mesma designação e carga horária;

c) [...];

d) [...];

e) [...];

f) [...];

g) [...];

h) [...];

i) [...];

j) [...];

k) [...];

l) [...];

m) [...];

n) [...];

o) [...];

p) [...];

q) [...];

r) [...];

s) [...];

t) [...];

u) [...].

3 [...].



JORNAL OFICIAL

4 [...].

5 [...].

Anexo I

Tabela normalizada de custos unitários a que alude o n.º 2 do artigo 38.º

Escalões	Custo Turma
1	80.080€
2	86.200€
3	91.850€
4	98.920€

Família Profissional	Cursos	Área de Formação	Montante de Subsídio Turma Curso (em euros)
03 - Comunicação, Imagem e Som.	Técnico de Vídeo	213	91.850€
	Técnico de Som	213	91.850€
	Técnico de Audiovisuais	213	86.200€
	Técnico de Design Gráfico	213	98.920€
	Técnico de Multimédia	213	86.200€
	Técnico de Artes Gráficas	213	98.920€
	Técnico de Fotografia	213	91.850€
	Técnico de Animação 2D e 3D	213	91.850€
	Técnico Desenho Digital 3D	213	98.920€
	Técnico de Organização de Eventos	342	91.850€
	Técnico de Comunicação/Marketing Relações Públicas e Publicidade	342	80.080€



JORNAL OFICIAL

04 - Informação, Documentação e Património.	Técnico de Biblioteca, Arquivo e Documentação	322	80.080€
	Assistente de Conservação e Restauro com as variantes:		
	Conservação do Património Cultural	225	98.920€
	Conservação e restauro de Pedra, Azulejo, Pintura Mural, Metais e Madeiras	225	98.920€
	Conservação e Restauro de Pintura	225	98.920€
	Técnico de Museografia e Gestão do Património	225	80.080€
	Técnico de Recuperação do Património Edificado	582	98.920€
05 - Comércio	Técnico de Comércio	341	80.080€
	Técnico Comercial	341	80.080€
	Técnico de Marketing	342	80.080€
	Técnico de Vendas	341	80.080€
	Técnico de Vitrinismo	341	98.920€
06 - Administração	Técnico de Banca e Seguros	343	80.080€
	Técnico de Contabilidade	344	80.080€
	Técnico de Administração Naval	346	80.080€
	Técnico de Gestão	345	80.080€
	Técnico de Transportes	840	80.080€
	Técnico de Serviços Jurídicos	380	86.200€
	Técnico de Secretariado	346	80.080€
07 - Informática	Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	481	80.080€
	Técnico de Informática - Instalação de Redes	481	86.200€
	Técnico de Informática de Gestão	481	80.080€
	Técnico/a de Informática - Instalação e Gestão de Redes	481	86.200€
	Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos	481	86.200€



JORNAL OFICIAL

08 - Mecânica	Técnico de Manutenção Industrial com as variantes:		
	Eletromecânica	521	91.850€
	Mecatrónica	521	91.850€
	Mecatrónica Automóvel	525	91.850€
	Aeronaves	525	91.850€
	Técnico de Produção em Metalomecânica com as variantes:		
	Programação e Maquinação	521	86.200€
	Controle de Qualidade	522	86.200€
	Técnico de Frio e Climatização	522	86.200€
	Técnico de Gás	522	86.200€
	Técnico de Transformação de Polímeros	543	91.850€
	Técnico de Energias Renováveis com as variantes:		
	Solares	522	98.920€
	Sistemas Eólicos	522	98.920€
	Sistemas de Bioenergia	522	98.920€
	Técnico de Desenho de Construções Mecânicas:		
	Moldes	521	86.200€
	Modelação Gráfica de Moldes	521	86.200€
	Técnico de Construção Naval/Embarcações de Recreio	525	86.200€
	Técnico de Mecânica Naval	525	86.200€
09 - Eletricidade e Eletrónica.	Técnico de Instalações Elétricas	522	86.200€
	Técnico de Eletrotecnia	522	86.200€
	Técnico de Eletricidade Naval	522	86.200€
	Técnico de Mecatrónica	523	86.200€
	Técnico de Eletrónica e Telecomunicações	523	86.200€
	Técnico de Eletrónica, Áudio, Vídeo e TV	523	86.200€
	Técnico de Eletrónica, Automação e Comando	523	86.200€
	Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores	523	86.200€



JORNAL OFICIAL

	Técnico de Eletrónica, Automação e Instrumentação	523	86.200€
10 - Química	Técnico de Análise Laboratorial	524	91.850€
	Técnico de Química Industrial	524	91.850€
12 - Têxtil, Vestuário e Calçado.	Técnico de Design de Moda	214	98.920€
	Modelista de Vestuário	542	91.850€
13 - Atividades Agrícolas e Agroalimentares.	Técnico de Viticultura e Enologia	541	86.200€
	Técnico de Gestão Equina	621	86.200€
	Técnico de Gestão Cinegética	623	86.200€
	Técnico de Processamento e Controlo de Qualidade Alimentar	541	91.850€
	Técnico de Controlo de Qualidade Alimentar	541	91.850€
	Técnico de Recursos Florestais e Ambientais	623	80.080€
	Técnico de Jardinagem e Espaços Verdes	622	80.080€
	Técnico de Produção Agrária com as variantes:		
	Produção Animal	621	98.920€
	Produção vegetal	621	98.920€
	Transformação	621	98.920€
	Técnico de Produção Agropecuária	621	98.920€
14 – Construção civil	Técnico de Construção Civil com as variantes:		
	Desenho de Construção Civil	582	91.850€
	Mediação e Orçamentos	582	91.850€
	Condução de Obra — Edifícios	582	91.850€
	Condução de Obra — Infra-estruturas Urbanas	582	91.850€
	Condução de Obra — Construção Tradicional e Eco ambiental	582	91.850€
	Topografia	582	91.850€



JORNAL OFICIAL

15 - Tecnologias da Saúde.	Técnico de Termalismo	729	86.200€
	Técnico Auxiliar de Saúde	729	86.200€
16 - Serviços de Apoio Social.	Técnico de Apoio à Infância	761	80.080€
	Animador Sociocultural	762	80.080€
	Técnico de Apoio Psicossocial	762	80.080€
17 - Hotelaria e turismo	Técnico de Restauração com as variantes:		
	Cozinha — Pastelaria	811	98.920€
	Restaurante — Bar	811	98.920€
	Técnico de Restaurante/Bar	811	98.920€
	Técnico de Cozinha/Pastelaria	811	98.920€
	Rececionista de Hotel	811	80.080€
	Técnico de Receção	811	80.080€
	Técnico de Turismo	812	86.200€
	Técnico de Agências de Viagens e Transportes	812	86.200€
	Técnico de Informação e Animação Turística	812	86.200€
	Técnico de Turismo Ambiental e Rural	812	86.200€
18 - Ordenamento do Território e Ambiente.	Técnico de Gestão do Ambiente	850	86.200€
	Topógrafo - Geómetra	581	86.200€
	Técnico de Sistemas de Informação Geográfica	581	86.200€
19 - Serviços de Proteção e Segurança.	Técnico de Higiene e Segurança do Trabalho e Ambiente	862	86.200€
	Técnico de Proteção Civil	861	86.200€
	Técnico de Segurança e Salvamento em Meio Aquático	861	98.920€
20 - Desporto	Técnico de Apoio à Gestão Desportiva	813	80.080€

»



Artigo 3.º

Entrada em vigor e produção de efeitos

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e produz efeitos à data da entrada em vigor da Portaria n.º 136/2015, de 21 de outubro.

Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial.

Assinada em 26 de janeiro de 2017.

O Vice-Presidente do Governo Regional, *Sérgio Humberto Rocha de Ávila*.

S.R. DO MAR, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**Portaria n.º 12/2017 de 30 de Janeiro de 2017**

O Conselho da União Europeia fixou para os anos de 2017 e 2018, através do Regulamento (UE) n.º 2016/2285 do Conselho, de 12 de dezembro de 2016, em relação a determinadas unidades populacionais de profundidade e aos navios de pesca comunitários, as possibilidades de pesca anuais e as suas condições específicas de utilização.

Esta repartição garantiu a atribuição de uma quota a Portugal de 507 toneladas de goraz (*Pagellus bogaraveo*) para 2017 e de 507 toneladas para 2018, possibilidade de pesca aplicável à Subzona X da classificação estatística do CIEM – Conselho Internacional para a Exploração do Mar, a qual é destinada à Região Autónoma dos Açores, tendo em devida conta a atividade tradicional e histórica das embarcações nacionais.

O Decreto Legislativo Regional n.º 29/2010/A, de 9 de novembro, alterado e republicado pelo Anexo II do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2012/A de 6 de julho, que estabelece o quadro legal da pesca açoriana, dispõe, no n.º 1 do seu artigo 9.º que o membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas pode estabelecer, por portaria, condicionamentos ao exercício da pesca no Mar dos Açores e prever os critérios e condições para a sua aplicação, com vista a adequar a pesca ao estado de exploração ou à condição dos recursos disponíveis e a sua relativa abundância, assegurando a conservação dos recursos marinhos e a gestão do setor. Nesta sequência, dispõe a alínea g) do n.º 2 do mesmo artigo que aquela portaria pode limitar o volume de capturas de unidades populacionais de certas espécies pela fixação de máximos de captura permitidos por ilha.

**JORNAL OFICIAL**

Dispõe também a alínea b) do n.º 1 do artigo 12.º que sempre que as atividades das embarcações de pesca regionais estejam sujeitas a limitações do volume de capturas resultantes da fixação de quotas, o membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas pode repartir pelo conjunto das embarcações regionais as quotas e licenças atribuídas à frota nacional pela União Europeia, na Subzona X da classificação estatística do CIEM – Conselho Internacional para a Exploração do Mar ou na Subzona 34.2.0 do COPACE – Comité das Pescas do Atlântico Centro-Este. O n.º 2 deste mesmo artigo acrescenta que a repartição de partes das quotas, ou de máximos de captura autorizados, por ilha, por embarcações, ou grupos de embarcações regionais é da competência do membro do Governo Regional que tiver a seu cargo o setor das pescas.

Neste enquadramento, e com o objetivo de vincular cada uma das ilhas a práticas de sustentabilidade e responsabilidade na gestão da captura da espécie do goraz, o Governo Regional, através da Portaria n.º 119/2016, de 27 de dezembro, fixou uma repartição da quota destinada aos Açores por cada ilha, respeitando as capturas de cada uma delas e das respetivas embarcações, por forma a garantir uma repartição justa e equitativa da quota destinada à Região, mais próxima do contexto da atividade de pesca de cada ilha, por forma a valorizar o pescado e, conseqüentemente, aumentar o rendimento dos pescadores.

Dispõe ainda a alínea c) do n.º 1 do artigo 26.º do Decreto Legislativo Regional n.º 9/2007/A, de 19 de abril, que tendo por objetivo a conservação e gestão racional dos recursos marinhos vivos ou o cumprimento das regras da política comum de pescas da União Europeia, o membro do Governo Regional responsável pelas pescas pode estabelecer, por portaria, regras adicionais ao regime jurídico do exercício da pesca lúdica, definindo os condicionamentos a que o mesmo fica sujeito, no que se refere a, entre outros, à interdição ou restrição do exercício da pesca lúdica, dirigida a certas espécies, em certas áreas ou por certos períodos.

Agora, por acordo entre a Administração Regional e as associações representativas do setor da pesca, por forma a adotar medidas rigorosas de gestão, cumpre proceder à primeira alteração à Portaria n.º 119/2016, de 27 de dezembro, adotando uma nova chave de repartição da quota atribuída a cada ilha, bem como um novo modelo de gestão trimestral da quota, permitindo um maior equilíbrio nas capturas ao longo de todo o ano, com o objetivo de assegurar uma maior rentabilização do recurso, um maior acompanhamento das capturas, contribuindo, desta forma, para o aumento do rendimento dos pescadores. Com esta alteração, vem também proibir-se a captura de goraz na pesca lúdica aquando do encerramento das possibilidades de captura, por ilha, para a pesca profissional, permitindo, assim, um maior controlo do recurso.

Foram ouvidas as associações representativas do setor da pesca, que concordaram com as medidas que, pela presente portaria, se adotam.

Neste sentido, manda o Governo Regional, através do Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, ao abrigo do disposto no n.º 1 e alínea g) do n.º 2 do artigo 9.º, alínea b) do n.º 1 e

**JORNAL OFICIAL**

n.º 2 do artigo 12.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2010/A, de 9 de novembro, alterado e republicado pelo Anexo II do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2012/A de 06 de julho, conjugado com a alínea a) do artigo 11.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2016/A, de 21 de novembro, o seguinte:

Artigo 1.º**Alteração à Portaria n.º 119/2016, de 27 de dezembro**

Os artigos 4.º, 7.º, 10.º e 14.º da Portaria n.º 119/2016, de 27 de dezembro, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 4.º**[...]****1 – [...]****a) Para o ano de 2017:**

- i Corvo: 8.011 kg
- ii Flores: 18.498 kg
- iii Faial: 77.977 kg
- iv Pico: 27.604 kg
- v São Jorge: 13.163 kg
- vi Graciosa: 51.004 kg
- vii Terceira: 123.656 kg
- viii São Miguel: 178.969 kg
- ix Santa Maria: 8.118 kg

b) Para o ano de 2018:

- i Corvo: 8.011 kg
- ii Flores: 18.498 kg
- iii Faial: 77.977 kg
- iv Pico: 27.604 kg
- v São Jorge: 13.163 kg
- vi Graciosa: 51.004 kg
- vii Terceira: 123.656 kg

**JORNAL OFICIAL**

viii São Miguel: 178.969 kg

ix Santa Maria: 8.118 kg

2 – [...]

a) Ilha do Corvo – 1,58%;

b) Ilha das Flores – 3,65 %;

c) Ilha do Faial – 15,38 %;

d) Ilha do Pico – 5,44 %;

e) Ilha de São Jorge – 2,60 %;

f) Ilha Graciosa – 10,06 %;

g) Ilha Terceira – 24,39 %;

h) Ilha de São Miguel – 35,30 %;

i) Ilha de Santa Maria – 1,60 %.

3 – [...].

4 – [...].

5 – [...].

6 – A repartição da quota mencionada nos n.ºs 1 e 2 por conjuntos da frota de cada uma das ilhas da Região Autónoma dos Açores tem em conta a evolução das capturas de goraz nos últimos anos, o respetivo contributo para a economia local, impacto ambiental, bem como a repartição mais equitativa da totalidade da quota pela especificidade da frota em cada uma das ilhas do arquipélago.

7 – Revogado.

8 – Para as novas embarcações de pesca, cujo armador não tenha uma embarcação com quota atribuída, ou que tenha uma embarcação com quota atribuída que seja, entretanto, abatida à frota regional, a disponibilidade de acesso à quota da respetiva ilha de registo ou armamento está dependente de parecer favorável da associação representativa da frota de pesca dessa ilha e nas quantidades por ela propostas.

9 – A transferência de embarcações com quota atribuída, por aquisição, independentemente de ocorrer na mesma ilha ou em ilhas diferentes, opera-se sem a correspondente transferência de quotas.

10 – O membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas pode, por despacho, fixar regras adicionais à gestão das possibilidades de pesca repartidas, por ilha, nos termos previstos nos números 1 e 2, com o objetivo de otimizar o aproveitamento da quota.

**JORNAL OFICIAL**

Artigo 7.º

[...]

1 – [...]:

a) [...];

b) [...];

c) [...];

d) A quota atribuída a cada embarcação classificada como de pesca costeira ou local não pode ser, por ano, superior a 2% da possibilidade de pesca anual para cada um dos anos de 2017 e 2018.

2 – [...].

3 – [...].

4 – A quota atribuída a uma embarcação que seja, entretanto, abatida à frota regional, será redistribuída, na ilha a que disser respeito, mediante despacho do membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas, o qual é produzido com base em parecer das associações representativas do setor da pesca na respetiva parcela do arquipélago.

5 – As quotas atribuídas não constituem direitos adquiridos das empresas, armadores ou embarcações, podendo ser, a todo o tempo, retiradas ou diminuídas, como resultado de decisões regionais, nacionais ou comunitárias no âmbito da conservação e gestão de recursos, bem como pelo incumprimento das disposições previstas na presente portaria.

Artigo 10.º

Esgotamento de quota

1 – [...].

2 – Quando atingidos 70% das capturas de goraz fixadas para qualquer embarcação constante do despacho mencionado no n.º 1 do artigo 7.º, o Diretor Regional com competência em matéria de pescas comunica aquele facto, por escrito, ao respetivo armador ou fretador, bem como que a respetiva quota será encerrada quando atingir os 100% de capturas.

3 – [...].

4 – [...].

5 – O encerramento da possibilidade de pesca anual de goraz fixada nos n.ºs 1 e 2 do artigo 4.º, implica a proibição imediata, também no que respeita à pesca lúdica, em cada uma das ilhas, da captura, manutenção a bordo, o desembarque e transporte de exemplares de goraz.

**JORNAL OFICIAL**

Artigo 14.º

[...]

1 – [...].

2 – [...].

3 – [...].

4 – Sempre que, até ao final do primeiro semestre de cada ano, qualquer embarcação classificada como de pesca local ou como de pesca costeira constante do despacho mencionado no n.º 1 do artigo 7.º, não tenha utilizado, pelo menos, 50% da quota que lhe foi atribuída, é à mesma, retirado 20% do total da respetiva possibilidade de pesca anual, sendo tal volume de capturas potencial entregue às associações de produtores representativas do sector da pesca da ilha em causa, para que estas o administrem entre os seus membros.

5 – Sempre que, até ao final do terceiro trimestre de cada ano, qualquer embarcação classificada como de pesca local ou como de pesca costeira constante do despacho mencionado no n.º 1 do artigo 7.º, não tenha utilizado, pelo menos, 70% da quota que lhe foi atribuída, é à mesma, retirado 30 % do total da respetiva possibilidade de pesca anual, sendo tal volume de capturas potencial entregue às associações de produtores representativas do sector da pesca da ilha em causa, para que estas o administrem entre os seus membros.

6 – Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, pode o membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas, mediante requerimento do interessado devidamente fundamentado, autorizar a utilização da quota individual atribuída a cada embarcação em moldes diferentes dos previstos no presente artigo.»

Artigo 2.º

Republicação

A Portaria n.º 119/2016, de 27 de dezembro, que aprova o regime de fixação de capturas totais permitidas de goraz e condições associadas para as embarcações de pesca registadas nos portos da Região Autónoma dos Açores para 2017, é republicada em anexo.

Artigo 3.º

Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia.

Assinada em 27 de janeiro de 2017.

O Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, *Gui Manuel Machado Menezes*.

**JORNAL OFICIAL**

Anexo I

Republicação da Portaria n.º 119/2016, de 27 de dezembro**CAPÍTULO I****Disposições gerais**

Artigo 1.º

Objeto

A presente portaria estabelece o regime jurídico de fixação de capturas totais permitidas de goraz (*Pagellus bogaraveo*) e condições associadas, para 2017 e 2018, decorrentes da aplicação das regras enunciadas no Regulamento (UE) n.º 2016/2285 do Conselho, de 12 de dezembro de 2016, sem prejuízo de eventuais alterações ou ajustes que possam vir a ocorrer durante aquele período.

Artigo 2.º

Âmbito

O regime fixado na presente portaria aplica-se a todas as embarcações de pesca registadas nos portos da Região Autónoma dos Açores.

Artigo 3.º

Definições

Para efeitos do presente diploma entende-se por:

- a) «Goraz» todos os exemplares da espécie marinha com o nome científico *Pagellus bogaraveo*, a que correspondem, na Região Autónoma dos Açores, os nomes comuns de goraz, peixão ou carapau;
- b) «Subzona X da classificação estatística do CIEM – Conselho Internacional para a Exploração do Mar» ou «Subzona X do CIEM» a área de pesca, vulgarmente conhecida por banco dos Açores, definida no Regulamento (CE) n.º 218/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março de 2009, relativo à apresentação de estatísticas sobre as capturas nominais efetuadas pelos Estados-Membros que pescam no Nordeste do Atlântico [publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias, n.º L 87, de 31 de março de 2009];
- c) «Subzona 34.2.0 do COPACE – Comité de Pescas do Atlântico Centro - Este» a área de pesca, conhecida por subzona oceânica norte, assinalada no Anexo III do Regulamento (CEE) n.º 216/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março de 2009, relativo à apresentação de estatística de capturas nominais efetuadas pelos Estados-Membros que

**JORNAL OFICIAL**

pescam em certas zonas, com exclusão das do Atlântico Norte [publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias, n.º L 87, de 31 de março de 2009];

d) «Porto de armamento» aquele que a embarcação utilizou nos anos civis anteriores, de forma principal, para o desenvolvimento da atividade de pesca, desde a partida para a faina até à descarga das suas capturas, bem como para o embarque, desembarque e inscrição de tripulantes;

e) «Portos de descarga» os portos da Região Autónoma dos Açores designados, ao abrigo do artigo 7.º do Regulamento (CE) n.º 2347/2002, do Conselho, de 16 de dezembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2269/2004, do Conselho, de 20 de dezembro de 2004, para o desembarque de espécies de profundidade;

f) «Associação de produtores representativa do sector da pesca» qualquer associação de armadores, qualquer associação de pescadores que também integre armadores ou qualquer Organização de Produtores.

CAPÍTULO II**Das quotas de pesca****Artigo 4.º****Possibilidades de pesca anuais e sua repartição por ilha**

1 – A possibilidade de pesca anual de 507 toneladas de peso vivo em 2017, e de 507 toneladas em 2018, relativas às unidades populacionais da espécie goraz, atribuídas a Portugal, pelo Regulamento (UE) n.º 2016/2285 do Conselho, de 12 de dezembro de 2016, para vigorarem no ano de 2017 e no ano de 2018, na Subzona X da classificação estatística do CIEM – Conselho Internacional para a Exploração do Mar, e destinadas à Região Autónoma dos Açores, tendo em devida conta a atividade tradicional e histórica das embarcações nacionais, são repartidas pelo conjunto da frota do arquipélago, de acordo com o seu porto de registo ou de armamento, atendendo ao disposto no artigo 17.º do Regulamento (EU) n.º 1380/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, da seguinte forma, ilha por ilha:

a) Para o ano de 2017:

- i. Corvo: 8.011 kg
- ii. Flores: 18.498 kg
- iii. Faial: 77.977 kg
- iv. Pico: 27.604 kg
- v. São Jorge: 13.163 kg
- vi. Graciosa: 51.004 kg
- vii. Terceira: 123.656 kg

**JORNAL OFICIAL**

viii. São Miguel: 178.969 kg

ix. Santa Maria: 8.118 kg

b) Para o ano de 2018:

i. Corvo: 8.011 kg

ii. Flores: 18.498 kg

iii. Faial: 77.977 kg

iv. Pico: 27.604 kg

v. São Jorge: 13.163 kg

vi. Graciosa: 51.004 kg

vii. Terceira: 123.656 kg

viii. São Miguel: 178.969 kg

ix. Santa Maria: 8.118 kg

2 – Nos anos de 2017 e 2018, as possibilidades de pesca anuais da unidade populacional de goraz, divididas pelo conjunto de embarcações de cada uma das nove ilhas do arquipélago, nos termos do número anterior, de acordo com o seu porto de registo ou de armamento, têm em conta a seguinte chave de repartição:

a) Ilha do Corvo – 1,58%;

b) Ilha das Flores – 3,65 %;

c) Ilha do Faial – 15,38 %;

d) Ilha do Pico – 5,44 %;

e) Ilha de São Jorge – 2,60 %;

f) Ilha Graciosa – 10,06 %;

g) Ilha Terceira – 24,39 %;

h) Ilha de São Miguel – 35,30 %;

i) Ilha de Santa Maria – 1,60 %.

3 – Sem prejuízo da repartição definida nos n.ºs 1 e 2, pode ser acordada entre o membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas e as associações representativas da frota de pesca da Região a cedência de parte da quota de alguma das ilhas a outra, ou outras, das ilhas dos Açores, face ao apuramento concreto das capturas das respetivas frotas.

**JORNAL OFICIAL**

4 – A eventual cedência de parte da quota de alguma das ilhas a outra, ou outras, das ilhas dos Açores, quando temporária, é formalizada por despacho do membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas, o qual fixará expressamente o período de vigência de tal medida.

5 – A eventual cedência de parte da quota de alguma das ilhas a outra, ou outras, das ilhas dos Açores, quando for definitiva, é formalizada por portaria do membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas, a qual fixará a nova chave de repartição.

6 – A repartição da quota mencionada nos n.ºs 1 e 2 por conjuntos da frota de cada uma das ilhas da Região Autónoma dos Açores tem em conta a evolução das capturas de goraz nos últimos anos, o respetivo contributo para a economia local, impacto ambiental, bem como a repartição mais equitativa da totalidade da quota pela especificidade da frota em cada uma das ilhas do arquipélago.

7 – *Revogado.*

8 – Para as novas embarcações de pesca, cujo armador não tenha uma embarcação com quota atribuída, ou que tenha uma embarcação com quota atribuída que seja, entretanto, abatida à frota regional, a disponibilidade de acesso à quota da respetiva ilha de registo ou armamento está dependente de parecer favorável da associação representativa da frota de pesca dessa ilha e nas quantidades por ela propostas.

9 – A transferência de embarcações com quota atribuída, por aquisição, independentemente de ocorrer na mesma ilha ou em ilhas diferentes, opera-se sem a correspondente transferência de quotas.

10 – O membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas pode, por despacho, fixar regras adicionais à gestão das possibilidades de pesca repartidas, por ilha, nos termos previstos nos números 1 e 2, com o objetivo de otimizar o aproveitamento da quota.

Artigo 5.º**Imputação das capturas das embarcações locais e costeiras**

A imputação das capturas de goraz a cada uma das ilhas mencionadas no artigo anterior, quanto às embarcações classificadas como de pesca local e/ou costeira, faz-se de acordo com o seu porto de registo ou com o seu novo porto de armamento.

Artigo 6.º**Embarcações de pesca do largo**

É proibida a manutenção a bordo, o transbordo, o desembarque, o transporte, o armazenamento, a exposição, a colocação à venda ou a venda de goraz capturado por embarcações registadas nos portos da Região Autónoma dos Açores classificadas como de pesca do largo.



Artigo 7.º

Repartição do volume de capturas por embarcação

1 – O volume máximo de capturas autorizado para cada uma das ilhas dos Açores, nos termos do artigo 4.º, é repartido individualmente, por despacho do membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas, relativo a cada uma das nove ilhas, pelas embarcações de pesca local e de pesca costeira licenciadas para os anos de 2017 e 2018, atendendo ao disposto nos artigos 16.º e 17.º do Regulamento (EU) n.º 1380/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro de 2013, tendo em conta proposta das associações representativas da frota de pesca de cada uma das parcelas do arquipélago e respeitando as seguintes regras:

a) A quota total do segmento de frota local e do segmento de frota costeira de cada uma das ilhas dos Açores deve ter em consideração os limites estabelecidos no artigo 4.º;

b) A quota a atribuir a cada embarcação deve ter em conta as suas dimensões, autonomia, condições de habitabilidade, de segurança e de conservação de pescado, historial de conformidade, bem como os seus registos históricos de capturas;

c) A quota a atribuir a cada embarcação deve ter em consideração a sua capacidade de pesca, o peso relativo do goraz nas suas capturas totais e as possibilidades de captura de outras espécies e de utilização de outras artes de pesca, bem como a possibilidade de entrada de novas embarcações na frota;

d) A quota atribuída a cada embarcação classificada como de pesca costeira ou local não pode ser, por ano, superior a 2% da possibilidade de pesca anual para cada um dos anos de 2017 e 2018.

2 – Qualquer transferência de quotas entre embarcações com registo ou porto de armamento na mesma ilha só pode ser efetuada mediante autorização prévia do membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas, sob proposta das associações representativas da frota de pesca da respetiva ilha.

3 – Qualquer transferência de quotas entre embarcações com registo ou porto de armamento em ilhas diferentes só pode ser efetuada com respeito pelo disposto nos n.ºs 4, 5 e 6 do artigo 4.º.

4 – A quota atribuída a uma embarcação que seja, entretanto, abatida à frota regional, será redistribuída, na ilha a que disser respeito, mediante despacho do membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas, o qual é produzido com base em parecer das associações representativas do setor da pesca na respetiva parcela do arquipélago.

5 – As quotas atribuídas não constituem direitos adquiridos das empresas, armadores ou embarcações, podendo ser, a todo o tempo, retiradas ou diminuídas, como resultado de

**JORNAL OFICIAL**

decisões regionais, nacionais ou comunitárias no âmbito da conservação e gestão de recursos, bem como pelo incumprimento das disposições previstas na presente portaria.

CAPÍTULO III**Do controlo das capturas, do encerramento da pesca e das infrações****Artigo 8.º****Controlo das capturas e notificações**

1 – O volume das capturas de goraz efetuadas na Subzona X do CIEM por embarcações de pesca registadas nos portos da Região Autónoma dos Açores é aferido com base nos registos de primeira venda de pescado, disponibilizados semanalmente por meios eletrónicos, pela LOTAÇOR – Serviço de Lotas dos Açores, S. A., ao membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas.

2 – A LOTAÇOR – Serviço de Lotas dos Açores, S. A. deve afixar semanalmente, nas Lotas da Região Autónoma dos Açores, os dados estatísticos respeitantes à execução de quota por ilha.

3 – A LOTAÇOR – Serviço de Lotas dos Açores, S. A. deve fornecer, a pedido de qualquer armador interessado, dados estatísticos respeitantes às quantidades de goraz desembarcadas nos portos da Região Autónoma dos Açores, pelas embarcações de pesca de que aquele seja proprietário ou armador.

Artigo 9.º**Portos de descarga**

1 – Tendo em vista o controlo permanente dos volumes de capturas da espécie em consideração no âmbito da presente portaria, as embarcações de pesca registadas no arquipélago efetuam todos os desembarques das capturas de goraz, obrigatoriamente, nos portos de descarga da Região Autónoma dos Açores.

2 – O não cumprimento da determinação estabelecida no número anterior por parte de qualquer embarcação implica a perda imediata da quota atribuída à mesma no ano em questão e um corte de 50% na quota a atribuir ou já atribuída para o ano seguinte.

Artigo 10.º**Esgotamento de quota**

1 – Logo que se preveja estar a ser atingida a possibilidade de pesca anual de goraz fixada nos n.ºs 1 e 2 do artigo 4.º, ou a quota atribuída a alguma das ilhas dos Açores, ou a um determinado segmento de frota, o membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas profere o correspondente despacho relativamente ao segmento ou à ilha em causa, ou à totalidade da frota de pesca dos Açores, consoante o caso.

**JORNAL OFICIAL**

2 – Quando atingidos 70% das capturas de goraz fixadas para qualquer embarcação constante do despacho mencionado no n.º 1 do artigo 7.º, o Diretor Regional com competência em matéria de pescas comunica aquele facto, por escrito, ao respetivo armador ou fretador, bem como que a respetiva quota será encerrada quando atingir os 100% de capturas.

3 – Depois de esgotada a quota de goraz correspondente a qualquer embarcação constante do despacho mencionado no artigo 7.º, n.º 1, ou quanto a um determinado segmento de frota ou a alguma das ilhas dos Açores, ou, ainda, logo que atingida a quantidade máxima de capturas para a totalidade das embarcações registadas nos portos da Região Autónoma dos Açores, a Lotação, após comunicação expressa nesse sentido por parte do Diretor Regional com competência em matéria de pescas, não pode admitir nos seus postos das diferentes ilhas, goraz proveniente da embarcação em causa, ou do universo de embarcações em questão, para primeira venda de pescado.

4 – Logo que esgotada a quota de goraz fixada nos n.ºs 1 e 2 do artigo 4.º, ou a quota atribuída a alguma das ilhas dos Açores, ou a um determinado segmento de frota, na sequência do despacho referido no n.º 1, é proibida a manutenção a bordo, o transbordo, o desembarque, o transporte, o armazenamento, a exposição, a colocação à venda ou a venda de goraz capturado na Subzona X do CIEM relativamente ao segmento ou à ilha em causa, ou à totalidade da frota de pesca dos Açores, consoante o caso.

5 – O encerramento da possibilidade de pesca anual de goraz fixada nos n.ºs 1 e 2 do artigo 4.º, implica a proibição imediata, também no que respeita à pesca lúdica, em cada uma das ilhas, da captura, manutenção a bordo, o desembarque e transporte de exemplares de goraz.

Artigo 11.º**Responsabilidade contraordenacional**

1 – As infrações ao disposto neste diploma são processadas e punidas de acordo com as disposições pertinentes do Capítulo XII do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2010/A, de 9 de novembro, alterado e republicado pelo Anexo II do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2012/A de 06 de julho.

2 – Independentemente da comunicação referida no n.º 3 do artigo anterior, constitui contraordenação, de acordo com o estabelecido na alínea i) do n.º 2 do artigo 185.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2010/A, de 9 de novembro, alterado e republicado pelo Anexo II do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2012/A de 06 de julho, o facto de qualquer embarcação ultrapassar os limites de captura legalmente fixados por totais admissíveis de captura (TAC) e quotas.

**JORNAL OFICIAL**

Artigo 12.º

Compensação por sobrepesca

1 – O incumprimento dos limites de captura definidos para um conjunto de embarcações ou para uma embarcação, de acordo com o respetivo porto de registo ou de armamento, é compensado pelo respetivo conjunto, ou pela embarcação em causa, consoante o caso, deduzindo a quantidade ultrapassada no valor da quota de pesca da espécie goraz a atribuir-lhe no ano seguinte.

2 – Caso as quotas de goraz destinadas à Região Autónoma dos Açores, após 2019, sofram uma redução, como consequência da dedução de sobrepesca verificada em 2017 e 2018, é aquela redução refletida, proporcionalmente, nas quotas a atribuir às embarcações cuja atividade tenha originado a sobrepesca ou, caso tal não seja possível, na totalidade da quota da ilha em causa.

CAPÍTULO IV**Da utilização e da disponibilização das quotas**

Artigo 13.º

Suspensão e abertura temporária das capturas

1 – A captura de goraz na Subzona X do CIEM durante 2017 e 2018, apesar da atribuição de quotas por ilha, por segmento de frota e por embarcação, pode vir a ser temporariamente suspensa por despacho do membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas, logo que as capturas globais atinjam 70% do nível da quota do arquipélago ou 70% do nível da quota de alguma das ilhas.

2 – Com vista ao aproveitamento integral das quotas de pesca de goraz relativas às embarcações registadas em cada ilha da Região Autónoma dos Açores, e, consequentemente, ao aproveitamento integral da quota de pesca definida para o conjunto das embarcações de pesca registadas nos portos do arquipélago, pode a captura de goraz na Subzona X do CIEM, durante 2017 e 2018, ser aberta a todas as embarcações classificadas como de pesca local e como de pesca costeira constantes do despacho mencionado no n.º 1 do artigo 7.º, desde que no início do terceiro e quarto trimestres de cada ano os volumes de capturas acumulados não tenham atingido, respetivamente, 50% ou 70% do nível da quota do arquipélago ou 50% ou 70% do nível da quota de alguma das ilhas.

3 – A abertura temporária das capturas mencionada no número anterior é formalizada por despacho do membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas, o qual fixa as respetivas regras, bem como o seu âmbito de aplicação.

**JORNAL OFICIAL**

Artigo 14.º

Utilização plena das quotas

1 – Tendo por objetivo a plena utilização das quotas de pesca resultantes da aplicação da presente portaria, as quotas atribuídas a cada embarcação em 2017 e 2018 devem ser utilizadas até ao final do respetivo ano, sendo às quotas de pesca a atribuir no ano seguinte, por embarcação, reduzidos os saldos de quota não aproveitados no ano anterior, por motivo não justificável, passando os saldos assim obtidos a ser repartidos pelas embarcações da mesma ilha que cumpriram a totalidade das suas quotas, no âmbito do respetivo segmento de frota.

2 – Com vista ao aproveitamento integral das quotas de pesca em cada ilha, pode ser tornada disponível, por despacho do membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas, a totalidade ou parte das quotas atribuídas a uma ou mais embarcações a todas as embarcações licenciadas para a captura da unidade populacional em causa de cada uma das ilhas ou a um determinado segmento da frota ou a uma ou mais embarcações, com base em parecer das associações representativas do sector da pesca na respetiva parcela do arquipélago.

3 – A disponibilização da totalidade ou de parte das quotas atribuídas a uma ou mais embarcações de uma determinada ilha a uma ou mais embarcações de outras ilhas que estejam licenciadas para a captura de goraz, para os efeitos previstos no presente artigo, é formalizada por despacho do membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas, com base em parecer das associações representativas do sector da pesca das ilhas em causa ou do arquipélago.

4 – Sempre que, até ao final do primeiro semestre de cada ano, qualquer embarcação classificada como de pesca local ou como de pesca costeira constante do despacho mencionado no n.º 1 do artigo 7.º, não tenha utilizado, pelo menos, 50% da quota que lhe foi atribuída, é à mesma, retirado 20% do total da respetiva possibilidade de pesca anual, sendo tal volume de capturas potencial entregue às associações de produtores representativas do sector da pesca da ilha em causa, para que estas o administrem entre os seus membros.

5 – Sempre que, até ao final do terceiro trimestre de cada ano, qualquer embarcação classificada como de pesca local ou como de pesca costeira constante do despacho mencionado no n.º 1 do artigo 7.º, não tenha utilizado, pelo menos, 70% da quota que lhe foi atribuída, é à mesma, retirado 30 % do total da respetiva possibilidade de pesca anual, sendo tal volume de capturas potencial entregue às associações de produtores representativas do sector da pesca da ilha em causa, para que estas o administrem entre os seus membros.

6 – Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, pode o membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas, mediante requerimento do interessado devidamente

**JORNAL OFICIAL**

fundamentado, autorizar a utilização da quota individual atribuída a cada embarcação em moldes diferentes dos previstos no presente artigo.

Artigo 15.º**Disponibilização da quota**

1 – As quotas de captura de goraz atribuídas a cada embarcação registada nos portos da Região Autónoma dos Açores, ou parte de tais quotas, devem ser atempadamente disponibilizadas, pelos respetivos armadores, ao membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas ou à associação representativa da frota de pesca da ilha correspondente, sempre que ocorra facto que, durante determinado período de tempo, limitado ou duradouro, implique a sua não utilização, de forma plena ou parcial.

2 – Às quotas ou parte das quotas disponibilizadas nos termos do número anterior aplica-se o disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 14.º.

3 – As embarcações que, devendo fazê-lo, não disponibilizem as quotas ou parte das suas quotas, nos termos do n.º 1, ficam sujeitas à aplicação do regime previsto no n.º 2 do artigo 9.º.

CAPÍTULO V**Disposições finais****Artigo 16.º****Capturas acessórias**

As embarcações proibidas de capturar goraz, nos termos do despacho mencionado no n.º 1 do artigo 7.º, não podem manter a bordo ou desembarcar goraz como captura acessória.

Artigo 17.º**Pesca na Subzona 34.2.0 do COPACE**

As capturas de goraz efetuadas por embarcações de pesca registadas nos portos do arquipélago, incluindo as efetuadas na Subzona 34.2.0 do COPACE – Comité de Pescas do Atlântico Centro-Este, devem respeitar a chave de repartição por ilha definida nos n.ºs 1 e 2 do artigo 4.º.

Artigo 18.º**Entrada em vigor**

A presente portaria entra em vigor no dia 1 de janeiro de 2017.